



Tese do Movimento Luta de Classes para o 13º Congresso de Trabalhadores em Educação (CTE) “Palestina Livre”.

Conjunturas internacional,

O imperialismo estadunidense deu os primeiros tiros em uma nova guerra comercial, que causará graves consequências negativas para o crescimento da economia mundial. Há um consenso de opiniões de que a política tarifária aplicada por Donald Trump provocará um processo recessivo; organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, realizaram atualizações para baixo em suas previsões de crescimento da economia global neste ano de 2025. O mundo se escandalizou — e com razão — com a queda das bolsas de valores nos EUA, Europa, Ásia e América Latina nos dias seguintes a 2 de abril, data em que Trump anunciou as novas tarifas; grandes monopólios internacionais “perderam” milhões de dólares devido à queda de suas ações, valores que foram recuperados posteriormente. Porém, o mais grave é que, em tempos de recessão e crise econômica, são os trabalhadores os mais afetados pelo fechamento de empresas, pela eliminação de empregos, pelo aumento da inflação e pela deterioração do poder de compra dos salários, pelo corte e reorientação dos orçamentos estatais. Buscam-se mecanismos para intensificar a exploração dos trabalhadores e maximizar os lucros da burguesia, que também recebe incentivos e tem seus impostos reduzidos. Em suma, é o povo que carrega os impactos da crise. Essa é a lógica do capitalismo.

As tensões crescem no cenário internacional, e o risco de que a guerra comercial desemboque em confrontos de outra natureza, incluindo no âmbito militar, está presente. O interesse de Trump em encerrar o capítulo da guerra na Ucrânia não é motivado por nenhum interesse em promover a paz. A inclinação militarista de Trump e da elite governante da Casa Branca é evidente nas ameaças de enviar tropas ao Canal do Panamá para obter seu controle, no anúncio da tomada da Groenlândia, no apoio econômico e militar ao regime sionista israelense, que

assassina o povo palestino e nos bombardeios lançados no Iêmen, para citar alguns casos.

As políticas protecionistas, de restrição monetária e de 'austeridade' aplicadas pelos Estados capitalistas estão acumulando os elementos de uma futura crise econômica, causando aumento do desemprego e diminuição dos investimentos, com taxas de inflação, especialmente nos preços de energia e alimentos.

O comércio de matérias-primas, especialmente alimentos, prejudica os países dependentes e seus povos, e o fardo da dívida recai sobre os trabalhadores. O abismo entre renda e riqueza está aumentando; os monopólios aumentam enormemente seus lucros, enquanto os salários e rendimentos reais dos estratos mais pobres e desfavorecidos da sociedade diminuem.

Todos esses são sintomas de uma crise cada vez mais profunda, que levou os imperialistas até mesmo a realizar a guerra na Ucrânia [e o genocídio na Palestina]

"A classe operária e os povos não podem confiar em uma potência imperialista em sua luta contra outra; eles devem intensificar a luta contra todo imperialismo. A tese do chamado multipolarismo, que afirma que existem países imperialistas beligerantes e países imperialistas progressistas, nos quais os povos podem confiar para a libertação nacional é falsa.

A luta pelo cessar-fogo

O genocídio foi suspenso, mas o colonialismo de Israel não terá um fim enquanto perdurarem suas causas: o sistema imperialista-capitalista, que tem naquela região um grande interesse econômico, militar e geopolítico. Como resultado da solidariedade internacional da classe trabalhadora e da resistência inquebrantável do povo palestino, o imperialismo estadunidense foi forçado a fazer Israel sentar para negociar um cessar-fogo.

No Brasil, a luta em defesa da Palestina também garantiu avanços importantes, que fizeram recuar a máquina de propaganda sionista. Universidades públicas romperam relações com Israel, como a Unicamp e as Universidades Federais Fluminense e do Ceará.

Nas ruas, favelas, praças e redes digitais, a ampla campanha de denúncias dos crimes de Israel demonstrou que a maioria do povo brasileiro é contra a política

de morte, mesmo com a cobertura tendenciosa em favor do regime sionista por parte da mídia burguesa e de muitas igrejas.

Fora Israel de Gaza!

Apesar dessas vitórias, não podemos confiar no imperialismo em nada, especialmente quando o assunto é a “paz mundial”. A trégua prevê a troca de todos os prisioneiros de guerra israelenses por quase dois mil presos políticos palestinos, entre eles Omar Bsais, preso há mais de 24 anos nas masmorras israelenses. A emoção das famílias palestinas é indescritível. No entanto, Israel mantém em campos de tortura mais de 11 mil palestinos, dentre eles, centenas de mulheres e crianças.

Conjuntura Nacional

Foram necessários longos dois anos e oito meses, desde o dia 08 de janeiro de 2023, para que fossem finalmente julgados os principais responsáveis pela conspiração que pretendia dar um golpe de Estado no Brasil. No último dia 11 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou os criminosos que planejavam anular o resultado das Eleições de 2022 e impor uma nova ditadura militar fascista no país.

Essa é a primeira vez, no Brasil, que golpistas – entre eles membros da cúpula das Forças Armadas – são sentenciados por atentarem contra as liberdades democráticas. Não é, portanto, qualquer coisa, especialmente num país cuja história é repleta de golpes ou tentativas de golpe, sem que nunca seus organizadores tenham sentado no banco dos réus.

Além disso, é uma merecida justiça aos milhares de mortos pela violência policial; às centenas de indígenas vítimas da fome e do abandono; aos mais de 33 milhões de famintos; às mulheres vítimas de feminicídio; aos negros, humilhados pelo racismo; às pessoas LGBTIA+, vítimas do preconceito e do ódio; e aos milhões de trabalhadores que perderam seus direitos e ficaram desempregados. Os crimes de Bolsonaro e seus ministros durante a pandemia não entraram nesse julgamento, mas, certamente, não serão esquecidos.

Vitória da classe trabalhadora contra a pec da impunidade

Depois da mobilização de milhões de brasileiros em todo o país, o CCJ do Senado votou de forma unanime contra a PEC da impunidade que deixaria os parlamentares livres para cometer crimes sem ser julgados por eles.

Isso mostra a força que a pressão popular tem na política do nosso país e a urgência de convocarmos o povo para ir às ruas contra o fascismo e pelas pautas da classe trabalhadora.

É hora de organizar o povo e lutar por uma nova sociedade, diferente dessa em que poucos são privilegiados e muitos não tem nada! Vamos juntos construir a sociedade em que o povo realmente é soberano, sem exploração e com uma vida digna para todos: a sociedade socialista!

Mesmo o parlamento sendo controlado por políticos de direita do chamado “Centrão” e com um bloco fascista grande, foi obrigado a rejeitar a proposta. Mais uma vez, fica provado que o povo organizado e em luta pode conquistar as pautas mais importantes para os trabalhadores.

Agora, a luta continua para enterrar também o PL da Anistia aos golpistas e também para garantir que as propostas que interessam de verdade à classe trabalhadora sejam aprovadas. É o caso do fim da escala 6×1 sem redução de salário, o aumento geral do salário mínimo e nacionalização dos recursos estratégicos, como as terras raras, que o Centrão e os fascistas querem entregar ao imperialismo estadunidense a preço de banana.

O agronegócio e as grandes empresas são responsáveis pela piora na alimentação do povo.

Ao escolher variedades de vegetais que duram mais nas prateleiras e têm melhor aparência comercial, em vez de priorizar os nutrientes, as grandes corporações alimentares estão transformando o que comemos em produtos cada vez mais vazios. O solo, explorado sem descanso, já não consegue fornecer os mesmos minerais às plantas. E isso significa que, mesmo comendo as mesmas quantidades (o que também não ocorre visto o aumento no preço dos alimentos), estamos nos nutrindo menos.

Esse empobrecimento alimentar tem consequências graves para a saúde do povo. A falta de nutrientes contribui para o avanço de doenças, como obesidade, diabetes, hipertensão, problemas de imunidade e até distúrbios cognitivos. A grande contradição é que, em pleno século 21, com supermercados abarrotados de produtos, vivemos uma nova forma de fome: a fome de nutrientes.

E quem mais sofre com isso são as populações de baixa renda. Os alimentos verdadeiramente nutritivos, muitas vezes cultivados de forma sustentável e sem agrotóxicos, são caros e inacessíveis. Já os produtos ultraprocessados – baratos, calóricos e pobres em valor nutricional – dominam as prateleiras e as dietas da maioria da população.

A verdade é que esse não é um problema individual, de escolhas alimentares erradas. É um problema estrutural, gerado por um sistema de produção controlado por um punhado de grandes empresas que tratam alimentos como mercadorias, e não como parte essencial da saúde humana e do equilíbrio ambiental.

O aumento de pessoas em situação de rua tem nome e causa: o desemprego, a alta nos preços e a falta de moradia acessível. O modelo econômico, que prioriza o lucro acima da vida, deixa milhões de pessoas sem acesso a direitos básicos, como casa, comida e trabalho. O que sobra é exclusão.

O Brasil enfrenta uma crise econômica que aprofunda a desigualdade social, e o povo pobre, que constrói as riquezas deste país, é quem mais sofre com a alta dos preços dos alimentos. O café, símbolo da mesa do trabalhador, tornou-se um luxo. O arroz, o feijão e o óleo de cozinha são itens cada vez mais distantes do prato das famílias que vivem nas periferias.

A falta de medidas efetivas do Governo Federal para combater a fome tem deixado milhões de brasileiros à mercê da inflação e da ganância dos grandes monopólios alimentícios.

A solução para a crise alimentar não virá de políticas paliativas ou de acordos com os setores que lucram com a fome. A única saída é a organização popular e a construção de um projeto que rompa com o capitalismo, sistema que transforma alimentos em mercadorias e vidas em números.

Conjuntura do Distrito Federal

Para o governo de Ibaneis Rocha (MDB), que está no poder no Distrito Federal desde 2019, e para a classe que ele serve e protege, moradia é uma mercadoria.

Nossa capital é profundamente desigual. Ocupa, historicamente, as piores posições nacionais, o DF tem atualmente a terceira maior disparidade de renda dos estados brasileiros, conforme a PNAD Contínua de 2023, do IBGE. O Lago Sul, frequentemente apontado como o bairro mais rico do Brasil, apresentou uma renda domiciliar média superior a R\$ 31 mil, cerca de 15 vezes maior do que na Estrutural e no Sol Nascente, dados da PDAD de 2021, do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF).

No mesmo ano, mais de 10% das residências estimadas do Distrito Federal estavam em déficit habitacional. Isso significa que mais de 100 mil moradias do quadrilátero eram improvisadas, apresentavam condições precárias, estavam superlotadas ou tinham aluguéis sufocantes, superiores a 30% da renda de seus moradores. Dos residentes que vivem nessas condições, quase metade apresenta algum grau de insegurança alimentar.

O DF também é a unidade da federação com a maior proporção de pessoas sem casa própria. Mais de 53% das famílias da capital dependem de aluguéis, conforme a PNAD Contínua de 2022. A PNAD 2021 já indicava, três anos atrás, que quase 80% da população do DF ganhava até 5 salários mínimos (R\$ 5.500, à época), sendo que a faixa de até dois salários mínimos (R\$ 2.200, à época) representava mais da metade da população do quadrilátero.

Para a maioria dos brasilienses, alugar um imóvel de cem metros quadrados seria impossível em boa parte da cidade, especialmente nas regiões centrais. O valor médio do metro quadrado no Distrito Federal atingiu o recorde de R\$ 44,59, sendo que alguns bairros da capital constam na lista dos mais caros do país, segundo dados da plataforma Wimóveis para janeiro de 2024.

Talvez a face mais cruel do capitalismo seja vivida pelas suas quase oito mil pessoas em situação de rua. Privadas de condições básicas e excluídas de uma

socialização digna, elas representam, no Distrito Federal, a maior porcentagem de todas as unidades da federação, como evidenciam dados do relatório de 2023 sobre População em Situação de Rua, do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. Cerca de três em cada mil pessoas vivem à sombra dos monumentos modernistas de Brasília, à margem de um projeto de futuro que não as contemplou.

O desamparo das milhares de famílias em situação de rua é uma potente ameaça que paira sobre toda a classe trabalhadora, um lembrete constante de que o desemprego é sempre uma possibilidade. A essas condições extremas, junta-se a brutalidade típica da Polícia Militar, a única presença do Estado que muitas pessoas sem-teto conhecem. As ordens de desocupação de Ibaneis foram diretamente responsáveis pelo despejo truculento de ao menos sete comunidades.

Esse tratamento, historicamente racista e militarizado, contrasta com a mansidão do governo diante das ilegalidades de grileiros e condomínios particulares, que frequentemente usam terras públicas para construir e vender propriedades. Existem pelo menos 500 condomínios irregulares ocupados por população de baixa, média e alta renda na capital, segundo o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do DF.

O Distrito Federal se tornou alvo das privatizações, prova disso foi a recente concessão pelos próximos 30 anos da rodoviária do Plano Piloto além do espaço do estacionamento. Importante lembrar que este processo foi apresentado e contou com pouca participação popular, especialmente sob o aspecto das centenas de trabalhadores ambulantes que trabalham na rodoviária. Não raro, são vistas cenas lamentáveis de agentes dos DF Legal aprendendo mercadorias dos ambulantes de forma agressiva

Mais. A atual gestão do governador Ibaneis Rocha (MDB) vem implementando um projeto de precarização e desmonte do Metrô de Brasília, com o objetivo de entregá-lo aos capitalistas. Esse projeto consiste em reduzir drasticamente os investimentos, não fazer concurso público, sucatear as estruturas, não renovar a frota de trens e os equipamentos. Tudo isso acarretando numa baixa qualidade do serviço prestado, que, constantemente, é paralisado por defeitos, vagões superlotados e insatisfação da população.

Segundo um estudo da Consultoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, identificou-se um baixo índice de execução orçamentária. Desde 2020, o nível de execução não ultrapassou 11% do que foi aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2023, foram efetivamente utilizados R\$ 640 mil, o que corresponde a impressionantes 0,37%.

Com esse baixíssimo investimento, o resultado é que o Distrito Federal tem apenas 14 trens funcionando (com outros 18 totalmente deteriorados ou em manutenção) para atender quase três milhões de habitantes.

Ibaneis Rocha e o fascismo

Pouco antes de tomar posse, Ibaneis Rocha comprou a casa mais cara já vendida no DF, no Lago Sul. Avaliada em R\$ 23 milhões, a enorme mansão, e seu terreno de 10 mil metros quadrados, representam um luxo inalcançável pela maior parte da população do Brasil e do mundo, mesmo depois de vidas inteiras de trabalho. Proprietário de escritório de advocacia e de um patrimônio próximo a R\$ 80 milhões, o governador está entre os 0,1% mais ricos do mundo, conforme as faixas de renda e riqueza do World Inequality Report 2022.

Ainda que não chegue perto das grandes fortunas do país, Ibaneis Rocha é agente político da burguesia, e se colocou a serviço de seus elementos mais reacionários. Relativamente desconhecido até as eleições de 2018, ganhou apoio considerável ao se alinhar com o fascista Jair Bolsonaro. Desde então, ele governou para o capital, com o desprezo pelos trabalhadores tão característico do ex-presidente. No dia 8 de janeiro, enquanto golpistas se amontoavam na Praça dos Três Poderes, a polícia manteve a distância e permitiu a destruição do patrimônio público. Apesar de se esquivar da devida punição, a sua omissão criminosa o situou publicamente como cúmplice de Bolsonaro na tentativa de golpe fracassada.

Transformações no mundo do trabalho, luta de classes e qualidade de vida;

Os altos investimentos em tecnologia, além de reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir as mercadorias, geram demissão, diminuição no número

de empregos e redução de salários. Um exemplo é o que foi apresentado pelo relatório do FMI, de 2024, no qual afirma que os bilhões de investimentos em Inteligência Artificial (IA) afetarão substancialmente 40% dos empregos em todo mundo.

O investimento mundial em IA, de 2023 para 2024, cresceu 62%, chegando a US\$ 110 bilhões no último ano. Este é um forte setor de investimentos do capital financeiro em cadeia, que vai desde a produção de microchips em larga escala, passando por fazendas de grande porte para armazenamento de dados, até chegar ao processamento dos dados por meio da IA. As chamadas big techs são parte desse monopólio das informações e tecnologia nas mãos da burguesia em nível internacional.

Segundo o Relatório Emprego Mundial e Perspectivas Sociais da OIT-ONU, 435 milhões de trabalhadores estiveram desempregados em 2024, o que representa 5% da população mundial. Isto é, como disse Karl Marx, um verdadeiro exército de trabalhadores desempregados.

Somando-se à enorme fila dos desempregados, tivemos a redução dos salários, de maneira mais exacerbada nos países explorados pelo imperialismo. No Brasil, por exemplo, tivemos uma queda geral nos salários de 7%. Em nível mundial, o número de trabalhadores no mercado informal ultrapassou a marca de 2 bilhões, e mais de 241 milhões de trabalhadores vivem em famílias com renda per capita inferior a 2,15 dólares por dia (R\$ 12,56).

A tática dos capitalistas é clara. Jogam milhões de pessoas nas filas em busca de emprego, passando fome e morrendo à míngua para pressionarem aqueles que estão empregados, ameaçando-os de demissão caso reivindicuem melhores condições e pagando salários miseráveis. E pior: mesmo passando fome e estando subnutridos, os trabalhadores têm que cumprir jornadas exaustivas, como a escala 6×1.

Além disso, esse limite de jornada é muitas vezes “flexibilizado” pela reforma trabalhista. Este é o caso de uma grande quantidade de trabalhadores informais (os “uberizados”, pjotizados, etc.), falsamente caracterizados como colaboradores/empreendedores e trabalham cumprindo até 12 horas por dia.

Pesquisa da ONG Ação Cidadania revela que 56% dos entregadores, em São Paulo e no Rio de Janeiro, trabalham mais que 9 horas por dia. Com dados referentes a agosto de 2024, a pesquisa diz ainda que 13,5% vivem em condições de restrição alimentar grave e 41% já sofreram acidentes no trabalho.

Mais ainda, segundo o Colab/PUC-Minas, o regime de escala 6×1 está associado ao crescimento da síndrome *burnout* no Brasil, que é uma doença de esgotamento profissional silencioso. Os sintomas da crise são o cansaço extremo, sensação de ineficácia, dificuldade de concentração e irritabilidade constante, que geralmente evoluem para ansiedade e depressão. As causas do desenvolvimento da síndrome são a pressão por produtividade, ausência de pausas adequadas e as jornadas de trabalho exaustivas.

Mas não é fácil para as mulheres encontrarem emprego no país, como mostram os dados do IBGE. A desvalorização da mão de obra feminina é uma realidade incontestável, já que as mulheres recebem cerca de 80% do valor dos salários dos homens. Se a mulher for negra, seu salário é ainda menor.

Muitas jovens que procuram emprego acabam sendo engolidas pelo setor de serviços, no comércio e no telemarketing, onde a escala 6×1 é dominante e a superexploração é mais constante.

Essa escala reflete a essência do próprio sistema econômico capitalista que, na verdade, é uma máquina de moer gente. Gente que precisa ganhar dinheiro para sobreviver e entra no chamado “mercado de trabalho”, em que mulheres e homens buscam sua sobrevivência tendo sua força de trabalho como mercadoria. O que importa para esse sistema é o lucro dos patrões, que, a cada dia, procuram novas formas para extrair o lucro máximo da classe trabalhadora.

As mulheres entraram no mercado de trabalho, que antes era masculino, numa fase em que faltavam homens para produzir devido às guerras na Europa. Naquele período, o mundo estava mudando a forma de produzir da pequena escala para a produção em série, uma necessidade do desenvolvimento da humanidade. Dessa forma, elas foram puxadas pela demanda da produção, com promessas dos capitalistas de que a indústria lhes traria liberdade e independência, mas foram

engolidas, desvalorizadas com salários menores que seus colegas homens, como uma força de trabalho menosprezada.

De lá para cá, muita coisa mudou, mas não o fato de que para alguém ficar rico nesta sociedade é preciso explorar a força do trabalho de mulheres e homens em jornadas extenuantes. Essa dura realidade atinge principalmente as mulheres, como no caso da escala 6×1, afinal, além de trabalhar seis dias na semana e ter apenas um dia de descanso, ainda acumulam o trabalho doméstico, sendo responsáveis por cuidar dos filhos, lavar roupa, fazer comida e arrumar a casa.

Não à Reforma Administrativa

O serviço público corre perigo! E, conseqüentemente, o acesso da população à saúde, educação, aposentadoria etc. Grupos empresariais e deputados do Centrão e extrema direita planejam uma “**Reforma Administrativa**” que na verdade pretende **deformar o acesso aos direitos** constitucionais da população e das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público.

Um Grupo de Trabalho do Congresso Nacional, com apoio do Governo Federal, pretende fazer uma proposta que objetiva:

- *Vender a gestão de hospitais, escolas, universidades públicas para empresas privadas que visam o lucro*
- *Contratar servidores públicos por indicação de políticos com interesses privados*
- *Atacar direitos adquiridos de servidores públicos, como a estabilidade, que é fundamental para independência frente a governantes inescrupulosos.*
- *Reduzir salários da maior parte dos servidores, com redução das horas de trabalho.*
- *Manter os privilégios de generais, juizes de altas cortes e em maior proporção o privilégio dos banqueiros no orçamento público.*

Organização sindical

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o índice de sindicalização no Brasil (referente ao ano de 2023) é de apenas 8,4%. São 100,7

milhões de trabalhadores ocupados, mas apenas 8,4 milhões são filiados a seus sindicatos.

A série histórica de dados sobre sindicalização tem início em 2012, quando tínhamos 89,7 milhões de trabalhadores ocupados e havia 14,4 milhões deles associados a seus respectivos sindicatos, ou seja, cerca de 16%.

De lá para cá, houve uma queda vertiginosa das filiações aos sindicatos. O que levou a essa queda? O que deixou de ser feito por parte dos sindicatos?

Ao longo do tempo, diversas centrais sindicais adotaram como política geral os acordos de gabinete com os patrões e os governos, em detrimento da construção da consciência de classe, com trabalho diário e sistemático de panfletagens, visita aos locais de trabalho e patrulhas sindicais.

A partir de meados da década de 1990, isso se aprofunda e parte dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) adota o lema de "Sindicato Cidadão", pretendendo, desta forma, executar parte dos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado.

Quando observamos as campanhas salariais, fica evidente que a maioria dos sindicatos abandonou a luta política e a disputa da luta econômica, sem direcionar claramente os trabalhadores a lutarem por melhores condições de trabalho.

Esses são fatores que determinam a linha de atuação sindical, o distanciamento dos dirigentes em relação aos trabalhadores e, conseqüentemente, a diminuição das filiações.

Após o golpe de 2016 e o avanço das forças reacionárias, que resultaram na eleição do fascista Jair Bolsonaro, em 2018, consolidou-se o ataque aos direitos da classe trabalhadora como não se via em período recente da História do nosso país. É importante ressaltar que, em abril de 2017, os trabalhadores brasileiros realizaram sua maior e mais poderosa greve geral, que retardaram a famigerada Reforma da Previdência.

Mas a Reforma Trabalhista foi aprovada naquela ocasião e, com ela, sem este recurso compulsório, veio o fim do "Imposto Sindical". Selou-se, por completo, o

distanciamento entre as direções das entidades sindicais e as bases das categorias, uma profunda dependência do aparato estatal. O baixo índice de sindicalização, que, muitas vezes, servia para que as direções burocratas, encasteladas nas estruturas, mantivessem o controle dos sindicatos, agora levava praticamente à falência centenas de entidades.

Os trabalhadores estão, sim, dispostos a lutar, ao contrário do que afirmam setores dos movimentos sociais que abandonaram suas bases e culpam a classe pela falta de mobilização.

O primeiro passo para a retomada de um sindicalismo consequente é intervir no movimento sindical e desenvolver o trabalho cotidiano nas portas de fábricas, empresas e repartições públicas, com panfletos e ações da militância. Apresentar que não faltam razões para lutar por uma vida digna e justa, fruto do seu trabalho. Convencer os trabalhadores a se filiarem a seus sindicatos; desenvolver uma profunda agitação contra o fascismo, ressaltando o papel da classe trabalhadora e seus sindicatos para derrotar a burguesia.

Recentemente, a luta contra a escala de trabalho 6x1 (seis dias de expediente por um de folga) e pela redução da jornada semanal ganhou as ruas. Mais uma prova de que a classe trabalhadora brasileira conhece bem sua realidade e pode desenvolver suas lutas. Falta-lhe mais união e organização, e este é o principal papel do Movimento sindical

Manter no alto a bandeira do sindicalismo classista e revolucionário, esclarecer e conquistar a confiança dos trabalhadores para lutarem pelo socialismo, essa é nossa tarefa!

Reforma estatutária.

O mundo do trabalho enfrenta transformações ao longo dos últimos períodos, nossa entidade, também deve se adequar a estas mudanças entendendo as particularidades da nossa categoria, em especial o atual quadro de trabalhadores em regime temporário que hoje correspondem a aproximadamente 70 % da categoria ativa., diante disso propomos as seguintes alterações estatutárias:

- a. Que a condição de eleitor no processo eleitoral seja alterado de 6 meses para 3 meses
- b. Que a eleição para novos diretores represente a proporcionalidade de votos que a chapa recebeu e, esta chapa indique seus representantes
- c. Que os diretores do sindicato não possam se reeleger para mais de 2 mandatos consecutivos onde, após este período, seja necessário um período de no mínimo uma gestão para, novamente, concorrer a um cargo.